

A atuação dos gestores que trabalham em espaços socioeducativos na pandemia

The performance of managers who work in socio-educational spaces in the pandemic

El desempeño de los gerentes que laboran en espacios socioeducativos en la pandemia

Recebido: 17/03/2021 | Revisado: 23/03/2021 | Aceito: 26/03/2021 | Publicado: 04/04/2021

Eliane Couto Bueno

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4862-5432>

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

E-mail: lyacbueno@gmail.com

Maria Eliza Rosa Gama

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8789-5868>

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

E-mail: melizagama@gmail.com

Resumo

O presente estudo visa compreender em que condições pessoais os gestores que atuam com adolescentes infratores realizaram seu trabalho remoto na pandemia da Coronavírus. Para tanto, utiliza-se da pesquisa qualitativa (Flick, 2013), por meio de questionários *online*, submetendo os resultados a uma análise de conteúdo (Gil, 2002). Os dados apontam que os gestores estão muito interessados em buscar auxílio para poder ajudar tanto os professores, como a comunidade. Além disso, percebeu-se que estes estão passando por um impacto emocional por estarem em trabalho remoto, mas mesmo assim estão buscando melhorar e adequar as formas de interlocução perante a realidade. Os gestores estão muito interessados em buscar auxílio junto a Secretaria da Educação, seguindo todos os decretos emitidos. Além disso, tem feito a interlocução com o atendimento de saúde e, demais ações que comportam desde doação de alimentos até roupas. Sendo assim é possível considerar que a educação de adolescentes infratores aconteceu dentro das possibilidades disponíveis, tendo em vista a investigação com os gestores.

Palavras-chave: Gestores; Educação; Pandemia; Adolescentes.

Abstract

The present study aims to understand in what personal conditions the managers who work with adolescent offenders performed their remote work in the Coronavirus pandemic. For that, qualitative research is used (Flick, 2013), through online questionnaires, submitting the results to a content analysis (Gil, 2002). The data indicate that managers are very interested in seeking help to be able to help both teachers and the community. In addition, it was noticed that they are experiencing an emotional impact because they are working remotely, but even so, they are seeking to improve and adapt the forms of dialogue in the face of reality. The managers are very interested in seeking assistance from the Department of Education, following all the decrees issued. In addition, it has been talking with health care and other actions that include everything from food donation to clothes. Therefore, it is possible to consider that the education of adolescent offenders took place within the available possibilities, in view of the investigation with the managers.

Keywords: Managers; Education; Pandemic; Teens.

Resumen

El presente estudio tiene como objetivo comprender en qué condiciones personales los gerentes que trabajan con adolescentes infractores realizaron su trabajo a distancia en la pandemia de Coronavirus. Para eso, utiliza la investigación cualitativa (Flick, 2013), a través de cuestionarios en línea, sometiendo los resultados a un análisis de contenido (Gil, 2002). Los datos indican que los gerentes están muy interesados en buscar ayuda para poder ayudar tanto a los docentes como a la comunidad. Además, se notó que están experimentando un impacto emocional porque están trabajando de forma remota, pero aún así, buscan mejorar y adaptar las formas de diálogo ante la realidad. Los gerentes están muy interesados en buscar ayuda del Departamento de Educación, siguiendo todos los decretos emitidos. Además, se ha estado dialogando con el cuidado de la salud y otras acciones que incluyen desde donación de alimentos hasta ropa. Por lo tanto, se puede considerar que la educación de los adolescentes infractores se realizó dentro de las posibilidades disponibles, en vista de la investigación con los gestores.

Palabras clave: Gerentes; Educación; Pandemia; Adolescentes.

1. Introdução

O ensino ofertado a adolescentes infratores¹, ou seja, a aqueles que cometeram algum ato ilícito, é marcado por um acompanhamento que busca exercer por diferentes profissionais os direitos dos adolescentes as práticas de ressocialização, mantendo estas organizadas e pensadas de acordo com os seus direitos que estão estabelecidos na legislação nacional proporcionando um ensino humanizador já que é um dos princípios e fins da educação. Acerca da Adolescência:

Sobre as diversas características constituintes da adolescência, na qual está inserida, inclusive a origem do termo, derivada da palavra latina *adolescere* que significa crescer/desenvolver-se, alguns autores creditam a essa fase da vida certa naturalização de alguns comportamentos desviantes, que não seriam imutáveis ou determinantes da vida adulta e sim transitórios, específicos e limitados temporalmente (Moraes & Chaves, 2020, p. 05).

Ao tratar de adolescentes menores de idade é importante salientar que estes como qualquer outro ser humano possuem direitos, porém quando se pensa em adolescentes infratores estes têm direitos específicos para esta etapa da vida em que se encontram, direitos que devem ser exercidos pelo Estado e pela família, propondo meios de ressocializar os adolescentes para o convívio na sociedade novamente². Bem como, especifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) em seu artigo 2º que:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1996).

Os adolescentes infratores também têm direitos a cuidados de saúde, mesmo que, em privação de liberdade, a lei garante segurança à sua vida e à dignidade como pessoas, devendo garantir: “[...] atendimento odontológico; cuidados farmacêuticos; inclusão em atendimento à saúde mental aos adolescentes que dele necessitem, preferencialmente, na rede SUS extra-hospitalar; (...)” (Brasil, 2006, p. 52-53).

A busca por ressocialização dos adolescentes depende muito das práticas realizadas no espaço escolar, e que estes adolescentes se mantenham vivos diante de todo o contexto em que vivem. Conforme Anjos e Ramos (2020):

[...] mesmo diante do respaldo legal de obrigação ao acesso e permanência de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas no ambiente escolar, os estudos analisados demonstraram que a escola ainda apresenta muitas dificuldades pedagógicas e curriculares para atender e desenvolver integralmente estes indivíduos (p. 22-23).

Assim, destaco a sua proteção amparada pelas leis em esfera nacional que garantem o direito à vida de crianças e adolescentes que passam por diversas situações de risco:

[...] a Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) estabelece o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência; Decretos de criação do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM, Convenção Internacional dos Direitos da Criança da ONU e contato dos Conselhos Tutelares do Estado do Rio de Janeiro. Bem como o Estatuto da Criança e do Adolescente, instituído pela Lei Federal nº 8069 e promulgada em 13 de julho de 1990 (Brasil, 1990, p. 13).

O documento que guia essas instituições diz que a gestão deve ser participativa para que assim todos possam participar e ajudar no ensino dos adolescentes:

¹ “[...] a conduta humana passa a ser chamada de ‘ilícita’ quando se opõem a uma norma jurídica ou indevidamente produz efeitos que a ela se impõem” (Batista, 2002, p. 43).

² “Neste nível, considera-se a delinquência como resultado de problemas na vinculação social do jovem com instituições como a família e a escola, entre outras, as quais seriam representantes das normas sociais. Nesse sentido, considera-se como fundamental o maior ou menor controle que estas instituições exercem sobre o jovem” (Moraes & Chaves, 2020, p. 06).

Planejar, definir, formatar, organizar, monitorar e avaliar em conjunto asseguram ações mais consistentes. Diante disso, a gestão participativa configura-se como a mais aproximada para responder com eficiência, eficácia e efetividade às demandas do atendimento socioeducativo (Brasil, 2006, p. 40).

A gestão é uma das responsáveis em organizar o espaço escolar, sendo assim, Libâneo (2008) afirma que: “[...] as instituições e organizações sociais precisam formular objetivos, ter um plano de ação, meios de sua execução e critérios de avaliação da qualidade do trabalho que realizam” (p. 149).

Neste prisma, a gestão pedagógica se apresenta no desenvolvimento das ações educativas, nas relações pessoais estabelecidas neste espaço entre os profissionais, as famílias e os adolescentes atendidos. Freire (1989) sugere que: “As atividades de retaguarda são fundamentais para a legitimação e continuidade do trabalho. A problemática das crianças marginalizadas não poderá ficar restrita aos educadores” (p. 15). Libâneo (2012) especifica melhor a responsabilidade dos gestores:

Embora a integração e a articulação entre meios e objetivos sejam da responsabilidade de todos os membros da equipe escolar, cabe maior responsabilidade, especificamente, à direção e à coordenação pedagógica, as quais, no âmbito da escola, respondem de forma mais direta pelas condições e meios de realização do trabalho dos professores na sala de aula (p. 426-427).

Todos os sujeitos do espaço socioeducativo precisam ter participação ativa não se omitindo dos seus deveres e responsabilidades para que obtenham o objetivo comum que é a ressocialização e aprendizagem destes adolescentes. Quando um deste grupo se desestabiliza é como se tirássemos uma peça do quebra-cabeça e este fica incompleto. Pois, a desistência tanto da família como dos profissionais faz com que o adolescente não acredite na possibilidade de melhorar como pessoa e viver como cidadão de direitos e deveres, levando-o novamente ao crime.

Como estamos vivendo desde início do ano de 2020 uma pandemia com a descoberta de um vírus que quase ao final deste ano já matou mais de 150 mil pessoas somente aqui no Brasil³, é essencial começar este diálogo falando sobre este vírus que nos assombra e nos afasta do convívio social. Conforme aponta Vinuto (2020) “Apesar de os governos federal e estaduais trabalharem no silenciamento da questão, tenho observado o esforço de coletivos, mídia alternativa e ativistas em visibilizar o gravíssimo contexto enfrentado por pessoas encarceradas nessa pandemia de Covid-19” (p. 1).

De imediato, a grande maioria das pessoas imaginou que essa situação perduraria por, no máximo, duas ou três semanas. Por sua vez, mês após mês, a situação pandêmica continuou afetando os dias, as rotinas, os sentimentos, os corpos, as relações. Tendo isso em vista, os antigos modos de lidar com o dia-a-dia foram substituídos pela necessidade de novas configurações. Configurações dos espaços de trabalho no ambiente residencial, da organização dos horários, da separação das tarefas, entre outros. Todos esses elementos que precisaram ser reorganizados na nova rotina, foram contingenciando modos outros de se perceber habitando o mundo. (...) Foram convocando novos olhares, mesmo que, de modo operacionalizado, se quiséssemos continuar fazendo as atividades profissionais e pessoais da mesma forma e no mesmo tom. As diferentes áreas que se movimentam nas instâncias sociais (economia, segurança, saúde, entre outras), foram se adequando às mudanças a partir de suas especificidades. Em se tratando da educação escolar, isso não foi diferente (Rigue & Malavolta, 2021, p. 11-12).

O texto de Vinuto (2020) conta sobre as adaptações que foram realizadas durante a pandemia, onde as instituições socioeducativas de alguns lugares realizaram um aumento de itens de higienização, bem como pias e torneiras para que os adolescentes pudessem realizar higienização mais vezes durante o dia. Este autor coloca que a superlotação permanece dentro destes espaços e que mesmo que os adolescentes não tenham contato com as pessoas de fora, os agentes que ali circulam, são pessoas que ao terminar sua carga horária retornam para suas casas, desta forma houve muitos casos de agentes contaminados, bem como está no trecho a seguir:

³ O Brasil ultrapassou oficialmente a marca de 150 mil mortos pela covid-19 neste sábado (10/10), segundo o Ministério da Saúde. Mas, nas estimativas de especialistas ouvidos pela BBC News Brasil, esse número já havia sido alcançado semanas atrás. Disponível: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54478219> (10/10/20).

Quando diagnosticados, os profissionais costumam receber autorização para realizar o tratamento em casa, enquanto os adolescentes nem sempre conseguem a desinternação e, no máximo, ficam isolados em alojamentos apartados, tão insalubres quanto o restante do centro de internação (Vinuto, 2020, p. 3).

A realidade sobre os casos de Covid-19 em adolescentes das instituições não é mencionada, pois se usa a justificativa que estes não estão no grupo de risco, e assim estes números ficam silenciados: “Essa interpretação nos ajuda a compreender as razões de, até o momento, não haver notícias de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa com casos graves de Covid-19, mas pouco se fala sobre o número real de adolescentes contaminados” (Vinuto, 2020, p. 4).

Levando isso em conta, nesse estudo que é recorte de uma pesquisa de Especialização em Gestão Educacional e Políticas Públicas, busca-se sinalizar os principais desafios dos gestores que trabalham com adolescentes infratores em tempos de pandemia, já que “A escola, de modo geral, passou a constituir uma resposta emergencial para a nova realidade instaurada - a não possibilidade de desenvolvimento das atividades de modo presencial” (Rigue & Malavolta, 2021, p. 12). Para tanto, pergunta-se ‘Em que condições pessoais os gestores que atuam com adolescentes infratores realizaram seu trabalho remoto na pandemia da Coronavírus – (Sars-cov.2)?’.

2. Metodologia

Como metodologia utilizou-se da pesquisa qualitativa, a partir da perspectiva de Flick (2013), com coleta de dados por meio de questionários *online*. Esta foi realizada com 2 (dois) gestores que trabalham em instituição socioeducativa pública de uma cidade do Estado do Rio Grande do Sul. Esses gestores foram os únicos da referida cidade a atuarem em instituição socioeducativa, o que pode ser identificado por um levantamento prévio.

A pesquisa de abordagem qualitativa para Flick (2013) pode usar até três abordagens: o dos significados atribuídos pelos seres sociais, os significados referentes a uma situação e/ou “[...] as práticas sociais e o modo de vida e o ambiente em que vivem os participantes são descritos” (p. 23).

A elaboração dos questionários aconteceu entre os meses de março e abril de 2020, reunindo investigações de dois grupos de pesquisa de uma Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Sul. O mesmo, segundo Gil (1987) é um conjunto de perguntas que são formuladas para saber sobre determinado assunto: “[...] como a técnica de investigação composta por um número ou mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, (...) situações e vivências” (p. 124). As questões devem ter cuidado para não perderem o foco sobre o assunto, devem ser perguntas diretas e é importante que os pesquisadores já tenham um conhecimento breve sobre a área de aplicação do questionário, pois isso irá auxiliá-lo na construção destas perguntas. O documento é construído a partir da problemática da pesquisa que busca investigar como as atividades vêm acontecendo ou como elas são feitas em diferentes áreas. As perguntas feitas aos gestores foram:

Tabela 1: Perguntas da pesquisa.

Como a pandemia impactou/alterou sua rotina pessoal de lazer?
Há quanto tempo atua na coordenação pedagógica?
Qual sua carga horária de regime de trabalho semanal na coordenação pedagógica?
Em qual Etapa da educação básica você atua como Coordenador Pedagógico?
Além da Coordenação Pedagógica você também possui regência de classe?
Como se deu o repasse das informações acerca da paralisação para as escolas e para as famílias dos alunos?
Que tipo de ações a Secretaria de Educação mantém com as equipes diretiva das escolas?
A Secretaria de Educação realizou algum levantamento para saber as condições de trabalho remoto dos professores?
A Secretaria de Educação realizou algum levantamento para saber as condições de trabalho remoto dos professores?
Que orientações a Secretaria de Educação repassou às escolas para considerar as atividades remotas no calendário escolar?
Que orientações foram repassadas pela equipe diretiva aos professores para o trabalho remoto com os alunos?
Que providências a Secretaria de Educação está tomando para organizar o retorno das atividades presenciais?
Foram ou estão sendo realizadas ações de formação para preparação dos professores para o trabalho remoto?
Como se dá a interação da coordenação pedagógica com os professores neste período de trabalho remoto?
Que tipo de acompanhamento do trabalho dos professores está sendo realizado pela equipe diretiva?
Que modificações estão sendo realizadas nos planejamentos curriculares para atender as demandas do momento?
Que orientações estão sendo repassadas pela coordenação pedagógica para elaboração do plano de ensino para o trabalho remoto?
Quais objetivos você atribui para as atividades remotas que estão sendo desenvolvidas pela sua escola?
Como a equipe diretiva da escola está mantendo o contato com as famílias das crianças e jovens, durante o afastamento social?
Que ações a equipe diretiva está adotando em relação ao trabalho remoto para crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social durante o afastamento social?
Relate como está sendo a interação família-escola no desenvolvimento das atividades escolares. Pontos positivos e negativos.
Como a Equipe Diretiva está projetando a retomada das atividades presenciais?
Como a equipe diretiva tem pensado os tempos/espacos da escola para acolhida das crianças e jovens ao retorno das atividades presenciais?
Que dificuldades você está enfrentando para realizar seu papel de coordenador pedagógico neste momento de pandemia?
Há previsão de recursos específicos para adequações da estrutura física, para o retorno das atividades presenciais?

Fonte: Grupo Doceform e Detrapan (2020).

As respostas dos gestores foram analisadas visando perceber sua realidade em ângulos profissionais e pessoais. Para analisar os dados utilizei a análise de conteúdo, explicitada por Gil (2002) do seguinte modo: escolha dos materiais, exploração do material e classificação e interpretação dos dados.

3. Resultados e Discussões

Com base na análise dos questionários *online* respondidos pelos gestores que atuam em instituições socioeducativas foi possível compilar algumas das principais características, as quais seguem anexas abaixo:

Tabela 2: Características dos participantes da pesquisa.

Identificação dos gestores	Idade	Sexo	Quantos residem na casa?	Mora pessoa idosa?	Mora com criança?	Mudanças emocionais durante o trabalho remoto?
Gestor A	45	Feminino	3 pessoas	Não	Sim	Sim
Gestor B	56	Feminino	4 pessoas	Não	Não	Sim

Fonte: Autores (2021).

As perguntas feitas aos gestores foram fortemente relacionadas à coordenação pedagógica que é onde estes atuam no momento. As perguntas que fiz aos dois profissionais da gestão me levaram a perceber um pouco dos encontros e desencontros sobre sala de aula e direção escolar.

Iniciei pela seguinte questão: como a pandemia impactou/alterou sua rotina pessoal de lazer? Um dos profissionais colocou estar se adequando, já o outro destacou que a pandemia alterou: 'Em todos os sentidos lazer trabalho família' (Gestor A).

Em seguida perguntei a quanto tempo estes gestores estavam trabalhando na gestão e ambos afirmaram estar a menos de três anos atuando neste setor. Estes compartilharam que trabalham com carga horária de vinte até quarenta horas semanais. Ao perguntar acerca disso, interessou saber as mudanças na rotina e reflexos nas emoções que estes profissionais vêm sentindo. Já que precisam ajudar na organização de um ensino remoto, sendo responsáveis por com grupo de professores e, ao mesmo tempo, lidando com as demandas da família dos adolescentes.

Na sequência da pesquisa *online*, coloquei a seguinte questão: 'Em que nível você atua como gestor?'. Os gestores responderam estar trabalhando com a educação infantil e os anos iniciais, ambos em redes públicas e, um deles, destacou estar em regência no turno inverso de seu trabalho como gestor. Com isso, pude perceber que este último vive a realidade dos profissionais da sala de aula e isso talvez possa ajudar a pensar melhores propostas para o ensino remoto: maneiras para planejar, meios de se comunicar com os alunos e a família, e até mesmo na confecção de materiais para entregar aos alunos que não podem se fazer presentes nas aulas simultâneas.

A seguinte pergunta visou compreender como os gestores deram a notícia para as famílias que as aulas seriam de forma remota. Responderam que foram realizadas reuniões com a comunidade escolar e também noticiado pelas mídias sociais. Perguntei também se a Secretaria de Educação tem mantido contato com estes profissionais e como o mesmo tem sido, ambos assinalaram que isso vem acontecendo por *e-mails*, reuniões *online* e formações pedagógicas. Como o tema era a Secretaria de Educação perguntei se os mesmos tinham tido contato com algum levantamento para saber acerca das condições do trabalho remoto. Um dos gestores respondeu que sim, contudo, outro disse que não. Logo, questionei sobre quais foram as orientações que a Secretaria de Educação havia passado para o registro do trabalho remoto. Ambos responderam da seguinte forma: 'Documentos, protocolos e reuniões' (Gestor A; Gestor B).

Uma das perguntas buscava saber quais orientações foram repassadas pela equipe diretiva aos professores para o trabalho remoto com os alunos. Os gestores responderam os seguintes: 'Manter o vínculo, realizações de atividades que vão de acordo com a BNCC para a educação infantil e as mesmas estarem no alcance das famílias via recursos tecnológicos ou presencial para quem não possui internet' (Gestor A) e,

Primeiramente, que fosse realizado um diagnóstico da situação da comunidade escolar, que as atividades fossem de acesso e respeitassem as condições dos estudantes e que as mesmas fossem diversificadas, atrativas e que potencializasse o ensino do Português e Matemática, com ênfase na leitura e produção textual (Gestor B).

É possível observar que as orientações são bem nítidas quanto as condições das famílias para realização do trabalho remoto. O que, a meu ver, é muito bom neste momento, pois dá abertura para que as famílias possam externalizar suas realidades e, assim, proceder da melhor forma e no melhor horário com a ajuda a estes adolescentes. Além disso, observa-se que a ênfase na matemática, leitura e produção textual seja relacionada pela faixa-etária dos adolescentes, pois os se encontram em uma fase que já dá subsídios acerca das letras, sílabas, cálculos simples, mas que precisa ser aprofundada para melhor desenvolvimento.

Pensando num retorno, busquei saber se os gestores tinham conhecimento sobre alguma providência que a Secretaria estava tomando para um retorno seguro. Um dos profissionais afirmou que não havia percebido nenhuma ação para que isso

acontecesse, já o outro considerou que a Secretaria vem tomando todas as providências possíveis. Além disso, perguntei se estão sendo realizadas ações/formações com os professores para a realização do trabalho remoto e, ambos, destacaram que sim que estão realizando *lives* e reuniões, com vistas a dialogar e esclarecer as dúvidas destes profissionais. Nesta perspectiva de saber sobre a ajuda da direção aos professores, perguntei que tipo de acompanhamento do trabalho está sendo realizado pela equipe diretiva? As respostas dos gestores foram muito parecidas, desta forma resolvi destacar uma delas: 'Diálogos utilizando os recursos pedagógicos, e-mail, avaliação do retorno das famílias' (Gestor A).

Nota-se que os gestores também aguardam um retorno das famílias sobre o desenvolvimento do ensino remoto, com vistas a compreender se este tem mesmo acontecido, se está sendo muito difícil, ou seja, as dificuldades e obstáculos que podem estar acontecendo no ensino remoto.

Acho importante contextualizar as respostas destes profissionais, pois estas interferem na próxima pergunta que realizei: quais modificações estão sendo realizadas nos planejamentos curriculares para atender as demandas do momento?

O Gestor A respondeu 'aperfeiçoamento dos recursos tecnológicos' e o Gestor B 'organização de um currículo emergencial'. Atitude que muitas Secretarias vêm desenvolvendo.

Durante a pesquisa me aprofundi em saber mais sobre o trabalho destes gestores, como: quais orientações estão sendo repassadas pela coordenação pedagógica para elaboração do plano de ensino para o trabalho remoto? Com base nas respostas, verifiquei que estes dois profissionais tiveram concepções diferentes. Um deles destacou que se deve 'Priorizar conteúdos necessários para a retomada das atividades presenciais' (Gestor B).

Na sequência perguntei: quais os objetivos que devem ser colocados para as atividades remotas? As respostas foram as seguintes: 'Avaliar como está sendo o trabalho até agora, elencar as dificuldades enfrentadas pelas famílias e escola, sugestões de mudanças e trocas' (Gestor A) e 'Abordar temas emergentes da pandemia mesmo que sem ligação direta com o planejamento inicial' (Gestor B). Em ambas as respostas a pandemia toma destaque como um elemento de interesse dos gestores.

Na sequência perguntei aos gestores como estes tem mantido o contato durante este afastamento social? Como ambas as respostas foram muito parecidas, resolvi destacar uma: 'Semanalmente com ações assistenciais e educativas, por contato pelas mídias sociais, em parceria com UBS⁴' (Gestor B).

Com base nas respostas ficou evidente a parceria da escola com as UBS, pois esse apoio auxilia na busca por sanar dúvidas e realizar procedimentos iniciais necessários em casos de contaminação com o vírus. A equipe diretiva também contou em uma das perguntas que para ajudar os adolescentes em vulnerabilidade social vem motivando os motivando, bem como as famílias a não desistirem do ensino remoto. Isso se combina a entrega permanente de doações de alimentos, roupas, bem como no encaminhamento dos pacientes que em algum momento precisam de atendimento da UBS.

Em seguida, solicitei aos gestores que relatassem como está sendo a interação família-escola no desenvolvimento das atividades, sobre os pontos positivos e negativos. As respostas estiveram no entorno da dificuldade para trabalhar com as turmas de educação infantil, as quais eles também estão à frente. No que diz respeito aos anos iniciais, os gestores relataram estar conseguindo ter retorno da maioria dos alunos e familiares. Contudo, para os gestores, é evidente que as famílias buscam na escola um lugar de assistencialismo.

Sobre o retorno das atividades o Gestor A disse que não espera retornar em pandemia, mas que se necessário o retorno iria seguir todos os protocolos para proteger a todos. O Gestor B afirmou que não está projetando retorno escolar em meio à pandemia. Assim, interessava questionar o Gestor A acerca do que tem feito para tal, este afirmou que está tendo conversas com a comunidade sobre a realidade deste retorno.

⁴ Unidade Básica de Saúde.

Dentro destas reflexões é possível perceber que estes se encontram aparentemente perdidos, sobre manter as ações pedagógicas como estão ou começar a produzir visando um trabalho remoto a longo percurso.

Entre as últimas perguntas busquei entender: quais as dificuldades que os gestores veem enfrentando? Suas respostas representam que há uma dificuldade em discutir as ideias virtualmente, ao mesmo tempo em que é difícil alcançar todos os alunos com o ensino remoto.

Quando perguntados se há previsão de recursos específicos para adequações da estrutura física, para o retorno das atividades presenciais, o Gestor A respondeu que sim e, o Gestor B respondeu que não.

Com base na leitura das respostas dos gestores foi possível perceber que cada um trabalha conforme acredita ser o melhor para sua escola. Por sua vez, ambos sofrem do mesmo pensamento que é a dúvida sobre quanto tempo durará o ensino remoto.

4. Considerações Finais

Nesta pesquisa buscou-se compreender em que condições pessoais os gestores que atuam com adolescentes infratores realizaram seu trabalho remoto durante o período da pandemia da Coronavírus. Para tanto, utilizou-se da pesquisa qualitativa (Flick, 2013), por meio de questionários *online*, tendo os resultados objetivos analisados por análise de conteúdo (Gil, 2002).

Como é possível perceber a pesquisa mostrou que os gestores estão muito interessados em buscar auxílio para poder ajudar tanto os professores, como a comunidade. Além disso, percebeu-se que estes estão passando por um impacto emocional por estarem em trabalho remoto, mas mesmo assim estão buscando melhorar e adequar as formas de interlocução perante a realidade.

Os gestores estão buscando manterem-se atualizados junto a Secretaria da Educação, seguindo todos os decretos emitidos por ela. Além disso, estão fazendo uma interlocução com o atendimento de saúde da UBS e, demais ações que comportam desde doação de alimentos, até agasalhos.

Sendo assim é possível considerar que a educação de adolescentes infratores aconteceu dentro das possibilidades disponíveis, tendo em vista a investigação realizada com os gestores.

Em termos de perspectivas para estudos futuros, aparece à possibilidade de os gestores, juntamente com os professores, construírem ações diferenciadas com os estudantes, as quais possam servir de base para compreender o quanto ela interferem na aprendizagem desses sujeitos, como, por exemplo: propor a exploração de filmes e relatos que inspirem os adolescentes; o hip hop e funk; leituras variadas que explorem a escrita a partir de questões da realidade dos adolescentes. Se assim for possível, busca-se desenvolver um aprofundamento dessas ações em nível de identificação se os gestores percebem resultados na aprendizagem e na convivência/relacionamento interpessoal.

Referências

- Anjos, S. N. R., & Ramos, M. F. H. (2020). The schooling of adolescents in conflict with the law: a literature review. *Research, Society and Development*, 9(11), e62591110310. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i11.10310>
- Batista, N. (2002). *Introdução crítica ao direito penal brasileiro*. Revan.
- Brasil. (2006). *Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo (SINASE)*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos: CONANDA.
- Brasil. (1996). *Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional nº 9394*.
- Brasil. (1990). *Lei nº.8.069/90 de 13 de julho de 1990*. Estabelece Estatuto da Criança do Adolescente. Diário Oficial da União, Poder legislativo Brasília, DF.
- Freire, P. (1989). *Educadores de rua: uma abordagem crítica*. Unicef: Colômbia.
- Flick, U. (2013). *Introdução à metodologia da pesquisa: um guia para iniciantes*. Penso.
- Gil, A. C. (1987). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. Atlas.

Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. Atlas.

Libâneo, J. C. (2008). *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. MF livros.

Libâneo, J. C. (2012). *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. Cortez.

Moraes, MJSM, & Chaves, ABP (2020). Adolescente delinquente: reincidência e vitimização por homicídio. *Research, Society and Development*, 9 (8), e496985998. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i8.5998>

Rigue, F. M. & Malavolta, A. P. P. (2021). Costuras entre educação e saúde. In: Rigue, F. M. & Malavolta, A. P. P. *Costuras entre educação e saúde: possibilidades em movimento*. Diálogo Freireano.

Vinuto, J. (2020). Ecos da pandemia nos sistemas socioeducativos: Masculinidades caricatas e suas propagações securitárias. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, p. 1-13.